

PROGRAMA DE APOIO AO SANEAMENTO DOS MUNICÍPIOS DA ZONA SUL: CASO DO MUNICÍPIO DE ARROIO DO PADRE

MARIA EDUARDA DE MATTOS GERVAZONI¹; NATALIE DOS SANTOS
RODRIGUES²; LARISSA LOEBENS³; CAUANA SCHUMANN⁴; ANA LUIZA
DALL'AGNOL⁵; **MAURIZIO SILVEIRA QUADRO⁶**

¹Universidade Federal de Pelotas – dudagervazoni@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – natalisantosquimica@yahoo.com.br

³Universidade Federal de Pelotas – laryloebens2012@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – cauanaschumann@gmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas – analu_bda@yahoo.com.br

⁶Universidade Federal de Pelotas – mausq@hotmail.com

1. APRESENTAÇÃO

Considerado um requisito de fundamental importância para o bem-estar do ser humano, o saneamento básico é um conjunto de ações que visam promover o controle da saúde pública e eliminar fatores de risco. Assim, de acordo com Santana (2014), o saneamento básico é capaz de proporcionar condições ambientais e sociais favoráveis a uma boa sobrevivência.

O saneamento ambiental é composto ações e medidas, sociais e econômicas, que visam atingir a salubridade ambiental a partir do abastecimento e tratamento de água e esgotos, da coleta e destinação adequada dos resíduos e da drenagem urbana. Desta forma, o saneamento ambiental, promove o controle de doenças e, também, a educação sanitária, melhorando a qualidade de vida da população (NUGEM, 2015).

De acordo com a legislação brasileira, o saneamento é o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de: abastecimento de água; esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; e drenagem e manejo de águas pluviais urbanas (BRASIL, 2007).

A Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, decorre sobre as diretrizes do saneamento básico, tratando da universalização do acesso, da integralidade de todas as atividades necessárias para atender a população, da eficiência e sustentabilidade econômica, controle social, segurança, qualidade e regularidade dos serviços prestados. Esta lei também prevê a elaboração dos planos de saneamento básico. Assim, torna-se obrigatória a elaboração deste plano por todos os municípios brasileiros, informando o planejamento de suas ações, metas e programas sobre este tema (BRASIL, 2007).

Desta forma, o objetivo do programa de apoio ao saneamento do município de Arroio do Padre foi fazer a difusão da importância do saneamento básico, oferecendo apoio ao município, capacitando e elaborando o Plano Municipal de Saneamento Básico.

2. DESENVOLVIMENTO

Primeiramente, foi celebrado um convênio entre a Universidade Federal de Pelotas e a Prefeitura Municipal de Arroio do Padre/RS, conforme as disposições

contidas na Lei nº 8.666/93, no Decreto nº 6.170 de 25 de julho de 2007, na Instrução Normativa nº 01/97-STN e demais disposições legais aplicáveis para a conjugação de esforços para a execução da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico do município em questão.

Desta forma, de acordo com o Termo de Referência para Elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) do Departamento de Saneamento da Secretaria de Estado da Habitação e Saneamento do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, foram elaborados: o Plano de Mobilização Social; o Plano Municipal de Saneamento Básico, contendo diagnóstico da situação do saneamento no município e prognóstico com alternativas para universalização e condicionantes; e os objetivos, diretrizes e metas, com programas, projetos e ações, além de ações emergenciais e contingências.

Com o objetivo de realizar a construção do PMSB de forma participativa, foram realizadas, durante todo o desenvolvimento, audiências públicas, visitas ao município, diálogo com a administração local e também foi disponibilizado um portal online, para que a população pudesse participar a qualquer momento.

3. RESULTADOS

A implantação do Plano Municipal de Saneamento básico deve ser, de acordo com a Lei nº 11.445/2007, um processo democrático. Desta forma, é necessário que neste plano ocorra com a participação popular. Assim, primeiramente foi elaborado o Plano de Mobilização Social; para tal foi constituído um comitê Coordenador e um Comitê Executivo, composto por diversos setores do Poder Público Municipal. Por conseguinte, foram definidos os cronogramas com os prazos e realizadas audiências públicas com a finalidade de informar a população sobre a construção do plano e sobre o seu papel e direito de participação.

Foi realizado um levantamento aprofundado das características físicas do município e de sua população, como índices socioeconômicos e ambientais pertinentes. O município de Arroio do Padre está localizado na porção sul-sudoeste do Estado, na microrregião de Pelotas e na Mesorregião Sudeste Rio-Grandense, com área de 124,69 km². A população do município é e especialmente rural, contando com um grau de urbanização de somente 16,6% e um total de 2.730 habitantes em 2010. A economia baseia-se especialmente na agropecuária, no entanto outras atividades também são desenvolvidas como indústrias e outros serviços (IBGE, 2010).

O diagnóstico da situação do saneamento no município foi realizado através de pesquisas e visitas ao município, analisando as quatro vertentes principais: água, esgoto, resíduos e drenagem.

Por não possuir concessão para fazer a prestação de serviços de abastecimento de água, o fornecimento de água potável fica a encargo do município de Arroio do Padre. Assim, cerca 15% da população (85% urbana e 15% rural) possui abastecimento de água potável. A maior parte da população de Arroio do Padre utiliza água de poços individuais, sem intervenção da prefeitura.

Em relação ao de esgotamento sanitário, do total de propriedades no município, 82,89% possui banheiro completo e cerca de 17,11% destes ainda não possui banheiro em suas residências ou este é incompleto. Dos 17,11% que não possuem banheiros em suas residências, apenas 15,15% possui lavatório, 26,74%

possui tanque de lavar roupa, 58,64% possui pia na cozinha, 35,9% possui reservatório de água, 10,98% possui fossa e 4,48% possui vaso sanitário. De acordo com o Censo Demográfico de 2010, dentre os 130 domicílios urbanos considerados e levantados no Censo, 44 utilizam o sistema de fossas sépticas (33,85%); 84 domicílios utilizam fossas rudimentares (64,62%); um domicílio (0,77%) está ligado à rede geral e um domicílio (0,77%) não possui banheiro.

Os serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos são executados pela própria prefeitura do município. A atividade de coleta de resíduos atende toda a população urbana e cerca de 41% da população rural. O município não possui programa de coleta seletiva nem de gerenciamento de resíduos de construção civil. O município possui uma área de transbordo que viabiliza a operação de traslado e transporte de resíduos domiciliares coletados no município. Os resíduos e rejeitos de Arroio do Padre são enviados para disposição final no aterro sanitário Metade Sul, da empresa Meioeste Ambiental, localizado no município de Candiota/RS.

Em relação à drenagem e manejo das águas pluviais, o sistema é formado por estruturas e instalações designadas ao transporte, retenção, tratamento e disposição final das águas das chuvas. Os sistemas de drenagem são definidos como na fonte, microdrenagem e macrodrenagem. A drenagem na fonte é definida pelo escoamento que ocorre no lote, condomínio ou empreendimento, estacionamentos, área comercial, parques e passeios. A microdrenagem é definida pelo sistema de condutos pluviais ou canais em um loteamento ou de rede primária urbana. Este tipo de sistema de drenagem é projetado para atender a drenagem de precipitações com risco moderado, inclui a coleta das águas superficiais ou subterrâneas através de pequenas e médias galerias. A macrodrenagem envolve os sistemas coletores de diferentes sistemas de microdrenagem, galerias de grande porte e os corpos receptores destas águas (rios ou canais).

4. AVALIAÇÃO

Com a realização desde projeto, os conceitos do saneamento básico foram difundidos para os municípios da zona sul e foi levantada a importância de o Poder Público municipal e das concessionárias em tratar este assunto com seriedade e prestarem serviços de qualidade à população.

Desta forma, com a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Arroio do Padre, foram identificados os problemas existentes. Assim, este plano se configura como um documento oficial sobre o qual o Município abordará as questões legais e buscará recursos para obras de infraestrutura e melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Sendo assim, este trabalho foi de grande importância para diversas esferas: para a comunidade da universidade, onde os professores e alunos envolvidos puderam aplicar seus conhecimentos; para o Poder Público de Arroio do Padre, o qual pôde dar um grande passo para avançar nas questões do saneamento básico; para a população local, que poderá usufruir da melhoria dos serviços prestados.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007**. Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse. Brasília-DF, 2007.

BRASIL, **Instrução Normativa STN nº 01, de 15 de janeiro de 1997**. Disciplina a celebração de convênios de natureza financeira que tenham por objeto a execução de projetos ou realização de eventos. Brasília-DF, 1997.

BRASIL. **Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007**. Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico. Brasília-DF, 2007.

BRASIL. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**. Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. Brasília-DF, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**: características da população e dos domicílios. Rio de Janeiro, 2011.

NUGEM, R. C. **Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado (DRSAI) em Porto Alegre – RS**. 2015. 117 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Enfermagem, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

SANTANA, Henrique Batista de. **A importância do saneamento básico na área urbana do município de São João do Rio Peixe-PB, com enfoque no esgotamento sanitário**. 2014. 68 f. Monografia. Curso de Licenciatura em Geografia. Universidade Federal de Campina Grande.